



A antiga sede do Ministério da Educação, na Avenida 5 de Outubro, está desocupada há oito anos
FOTO NUNO FOX

Ministério recusou plano para criar residência estudantil a custo zero

Três instituições apresentaram projeto para edifício da 5 de Outubro. Não tiveram resposta

JOANA PEREIRA BASTOS

A Universidade Nova, o ISCTE e o Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) apresentaram ao Governo, há três meses, uma proposta para a criação de uma residência de estudantes na antiga sede do Ministério da Educação, na Avenida 5 de Outubro, comprometendo-se a assumir, com fundos próprios, o valor das obras, que assim não seriam suportadas pelo Estado. Mas nunca tiveram resposta. E, na semana passada, foram surpreendidos com a decisão anunciada pelo Executivo de transformar aquele edifício na sede da Universidade Aberta, recebendo em troca

o Palácio Ceia e outro imóvel adjacente onde esta instituição de ensino à distância atualmente funciona, junto ao Príncipe Real, que serão vendidos em hasta pública.

A proposta apresentada pelas três instituições de ensino superior, a que o Expresso teve acesso, previa a criação de uma residência estudantil com 453 camas, aproveitando o projeto de arquitetura que foi aprovado pela Câmara de Lisboa em agosto de 2023 e que custou aos cofres públicos €700 mil, que desse modo não seriam desperdiçados. Como o projeto já estava licenciado, a obra de reconversão estaria pronta a arrancar. Avaliada em €25,2 milhões, a empreitada seria suportada por um consórcio constituído

pela UNL, ISCTE e IPL, com recurso a fundos próprios e a um empréstimo ao Banco Europeu de Investimentos. O Estado teria apenas de ceder o direito de superfície do edifício, desocupado há oito anos.

Ao Expresso, o reitor da Universidade Nova de Lisboa, Paulo Pereira, frisa que “o projeto dava resposta a uma necessidade real de criação de alojamento para estudantes na cidade”, já que as três instituições são frequentadas, em conjunto, por cerca de 50 mil alunos, mas dispõem de apenas 600 camas na capital.

“Contactámos investidores privados e desenhamos um projeto realista, sem custos para o Estado, mas infelizmente não tivemos nenhuma

resposta. Pelo esforço que fizemos em prol de uma solução que seria útil para todos merecíamos pelo menos uma justificação”, critica a reitora do ISCTE, Lurdes Rodrigues. “Não podemos deixar de sentir que este projeto não foi visto pelo ministro da Educação com a atenção que deveria ter”, lamenta o presidente do IPL, António Belo.

Questionado pelo Expresso, o Ministério da Educação e da Ciência (MECI) não explica por que razão não deu resposta à proposta, mas alega, agora, que a conversão do edifício numa residência gerida por instituições de ensino superior públicas “não teria sustentabilidade financeira” sem a utilização de fundos do PRR e culpa o Governo PS pelos

O projeto previa a construção de 453 camas com preços a partir de €250 por mês

atrasos que afirma terem impossibilitado o uso daquelas verbas para este fim.

Segundo o MECI, as instituições públicas recebem atualmente €132 por cama, valor que considera não ser compatível com os preços incluídos na proposta e que variavam entre os €250 e os €750 mensais. “A racionalidade económica desta proposta só poderia fazer sentido numa iniciativa privada”, argumenta.

Confrontados pelo Expresso com esta resposta, a Nova, o ISCTE e o IPL contrapõem: “As questões colocadas pelo ministro só podem ter origem em dúvidas resultantes de uma leitura superficial da proposta — dúvidas que podiam ter sido esclarecidas em diálogo.”

As instituições salientam que a proposta, que previa uma compensação ao Estado pela cedência do imóvel, assentava numa parceria público-privada que disponibilizava camas a um valor muito inferior ao do mercado — mais de 200 camas a €250/mês, quartos com *kitchenette* a €400/€500 e sete suites para professores estrangeiros a €750. O objetivo era “disponibilizar quartos acessíveis a estudantes que, mesmo não beneficiando de ação social, têm dificuldades económicas para pagar os preços do mercado”, sublinham, lamentando a “oportunidade perdida”.

Com esta decisão do Governo, o histórico edifício da 5 de Outubro virá a acolher a Universidade Aberta, instituição de ensino à distância atualmente dispersa por três instalações próprias e arrendadas e frequentada por 13 mil estudantes em cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento em modo remoto. “Vamos ocupá-lo na íntegra, não só com a reitoria e serviços administrativos mas com estúdios digitais, laboratórios remotos, auditório para conferências e um polo dedicado ao acolhimento de empresas ligadas às tecnologias educativas. Finalmente, teremos instalações condignas”, congratula-se a reitora, Carla Oliveira, sem adiantar o valor das obras, que será assumido pela instituição.

Em troca da antiga sede do Ministério, a Universidade Aberta dará ao Estado €5,3 milhões e os dois edifícios que detém na capital, entre eles o Palácio Ceia, na Rua da Escola Politécnica. Ambos serão vendidos em hasta pública e a receita será “aplicada na disponibilização de soluções de habitação e em residências académicas”, desconhecendo-se quando, onde e em que moldes.

jbastos@expresso.imprensa.pt